



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

UNIDADE TÉCNICA DE REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO

UTRAFE

RELATÓRIO ANUAL DA UTRAFE

- 2008 -

Maputo, Março de 2009

Controlo da Revisão do Relatório

Versão	Descrição da Versão	Data de Revisão	Autor
Versão 1	Conclusão da Elaboração inicial	28/03/09	Muntaz Adam /Jacinto Muchine
Versão 1.1	Correcção e edição	02/04/09	Muntaz Adam/Jacinto Muchine/Isaltina Lucas
Versão 1.2	Inclusão do Relatório Financeiro	05/04/09	Manuel Artiel/Jacinto Muchine
Versão 1.3	Revisão Final	13/04/09	Carlos Jessen

Lista de Distribuição do Relatório:

Distribuído à:	Data
Sua Excelência o Ministro das Finanças	
Sua Excelência Vice-Ministro das Finanças	
Exmo Senhor Secretário Permanente do Ministério das Finanças	
Directores Nacionais e Directores Nacionais Adjuntos do Ministério das Finanças	
Membros do Partnership Committee	
Director da UTRESP	
Coordenador Geral da UTRAFE	
Coordenador Geral Adjunto da UTRAFE	
Gestor do Projecto da UTRAFE	
Área de Administração e Finanças da UTRAFE	
Área de Segurança e Infra-estruturas da UTRAFE	
Área de Projectos e Desenvolvimento da UTRAFE	
Área do Centro de Dados da UTRAFE	
Área de Apoio Funcional da UTRAFE	
Área de Controlo Interno da UTRAFE	

RELATÓRIO DO PROJECTO SISTAFE

Período Compreendido Entre: 01/01/2008 à 31/12/2008

(Este relatório é confidencial e não deverá ser distribuído sem a autorização da UTRAFE)

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS	5
SUMÁRIO EXECUTIVO	7
1. ACTIVIDADES PLANEADAS E REALIZADAS	9
1.1 IMPLEMENTAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NO E-SISTAFE (OUTPUT 1).....	9
1.2 PAGAMENTO DE SALÁRIOS E PENSÕES (OUTPUT 2).....	17
1.3 MÓDULO DE ELABORAÇÃO ORÇAMENTAL -MEO – (OUTPUT 5 E 9) 2ª FASE.....	19
1.4 CONTÍNUA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE DADOS (OUTPUT 8).....	20
1.5 GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DA UTRAFE (OUTPUT 10).....	22
1.6 REDE DE COBRANÇA (OUTPUT 4).....	23
1.7 GESTÃO DO PATRIMÓNIO (OUTPUT 3).....	24
1.8 AUDITORIA PELO TA E IGF.....	24
2. ACTIVIDADES PLANEADAS E NÃO REALIZADAS	26
2.1 E-TRIBUTAÇÃO.....	26
3. PERSPECTIVAS DE ACTIVIDADES A REALIZAR EM 2009/2010	26
3.1 CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DO USO DAS FUNCIONALIDADES NUCLEARES PARA GESTÃO – TESOURO, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE.....	26
3.2 ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO DO E-SISTAFE.....	26
3.3 DESENHO E APROVAÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO E FINANCIAMENTO QUE POSSA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE TÉCNICA E FINANCEIRA DO E-SISTAFE.....	27
3.4 FINALIZAÇÃO E APROVAÇÃO DE UMA VISÃO ESTRATÉGICA DAS FINANÇAS PÚBLICAS.....	27
3.5 ELABORAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO E ORÇAMENTO 2010-2012 PARA A TERCEIRA FASE DA REFORMA.	27
3.6 NOVOS PROJECTOS.....	27
4. ANEXOS:	28
4.1 PONTO DE SITUAÇÃO DAS ACÇÕES CORRECTIVAS DA AUDITORIA FINANCEIRA.....	28
4.2 TABELAS.....	29
5. APÊNDICE-RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA UTRAFE - ANUAL DE 2008	31
5.1 INTRODUÇÃO.....	31
5.2 ORÇAMENTO.....	31
5.3 DESEMBOLSOS.....	33
5.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS PROJECTOS.....	34
5.5 ORÇAMENTO, DESEMBOLSO E EXECUÇÃO DE 2008.....	40
5.6 FLUXO DE CAIXA.....	41

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: SALDOS DA CUT DE 2006 A 2008	10
GRÁFICO 2: NÚMERO DE ORDENS DE PAGAMENTO PROCESSADAS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2008	11
GRÁFICO 3: NÚMERO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS (PAS) DE VD E DE ADIANTAMENTO DE FUNDOS (AF), EM 2008	12
GRÁFICO 4: PERCENTAGEM TOTAL DE UTILIZAÇÃO DA VD E DE (AF) EM 2008	12
GRÁFICO 5: DISTRIBUIÇÃO DO VALOR (EM TERMOS PERCENTUAIS) DE VD EM COMPARAÇÃO COM O ORÇAMENTO EXECUTADO DE CADA TIPO DE DESPESA DURANTE O ANO 2008	13
GRÁFICO 6: ANÁLISE COMPARATIVA DA EXECUÇÃO PELA VIA DIRECTA (EM TERMOS PERCENTUAIS) PARA CADA TIPO DE DESPESA EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO TOTAL	14
GRÁFICO 7: IMPACTO DA INTRODUÇÃO DE MAIS FUNDOS NA CUT EM 2008	15
GRÁFICO 9: EXECUÇÃO PROGRESSIVA DO PROJECTO UTRAFE	40

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1: ORÇAMENTO INICIAL	32
TABELA 2: ORÇAMENTO REVISTO	32
TABELA 3: DOTAÇÃO DESCENTRALIZADA	33
TABELA 4: DESEMBOLSOS DO ANO	34
TABELA 5: DOTAÇÕES ENVIADAS AS DPPF'S	34
TABELA 7: EXECUÇÃO DE CADA PROJECTO (OUTPUT)	35
TABELA 8: EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NO E-SISTAFE	36
TABELA 10: CONTROLO INTERNO	37
TABELA 11: CPD	37
TABELA 12: MEO	38
TABELA 14: REDE DE COBRANÇA	38
TABELA 17: COMPORTAMENTO INSTITUCIONAL DURANTE O ANO E RESPECTIVA TRANSIÇÃO PARA O ANO SEGUINTE	41

LISTA DE ABREVIATURAS

APB	Plano de Acção e Orçamento da UTRAFE
AT	Autoridade Tributária
BM	Banco de Moçambique
CAF	Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CD	Centro de Dados
CUT	Conta Única do Tesouro
DAS	Departamento de Apoio ao SISTAFE
DNCP	Direcção Nacional da Contabilidade Pública
DNO	Direcção Nacional do Orçamento
DNT	Direcção Nacional do Tesouro
e-SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado (via Intranet)
e-TRIBUTAÇÃO	Rede de Arrecadação de Receitas
IGF	Inspecção Geral de Finanças
IMF/FMI	Fundo Monetário Internacional
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRPS	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
MAAC	Ministério para os Assuntos dos Antigos Combatentes
MAE	Ministério da Administração Estatal
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MEO	Módulo de Elaboração do Orçamento
MEX	Módulo de Execução Orçamental
MF	Ministério das Finanças
MFP	Ministério da Função Pública
MMAS	Ministério da Mulher e Acção Social
NUIT	Número Único de Identificação Tributária
Orçamento do Estado	
PARPA	Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta
PC	Comité de Parceria
PES	Plano Económico Social
PQG	Plano Quinquenal do Governo

SISTAFE Sistema de Administração Financeira do Estado (Lei)

STAE Secretariado Técnico da Administração Eleitoral

UGE Unidade Gestora Executora

UTRAFE Unidade Técnica para a Reforma Financeira do Estado

UTRESP Unidade Técnica da Reforma do Sector Público

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2008 o enfoque do exercício foi na consolidação das funcionalidades nucleares do SISTAFE, nomeadamente, Tesouro, Orçamento e Contabilidade. Neste sentido, os resultados preliminares da execução do Orçamento do Estado mostram melhorias contínuas especialmente ao nível da disponibilidade dos dados de execução graças a introdução do SISTAFE.

Na perspectiva de aumentar a fracção do Orçamento de Estado executado no e-SISTAFE foram realizadas várias actividades de *roll-out* cujo resultado foi de inclusão de um total de 31 distritos e 22 Instituições Autónomas de nível Central, durante o ano de 2008. Com isso totalizou-se 301 unidades orçamentais a executar o seu orçamento através do e-SISTAFE.

No que tange as despesas de salários foi iniciado em 2008 o processo de pagamento de salários do nível central através da via directa do e-SISTAFE e como resultado 22 instituições passaram a realizar o pagamento através da via directa para 4856 funcionários, prevendo-se a inclusão de mais 60 unidades (14279 funcionários) até Setembro de 2009.

Por outro lado, notou-se que a porção da despesa total executada no e-SISTAFE por via directa aumentou de 11,49% em 2007 para 23,61% em 2008. O aparente baixo nível de execução por via directa deve-se a vários factores nomeadamente:

- A existência de muitos projectos de financiamento externo cujos fundos ainda não passam pela CUT;
- A existência de instituições a nível central, provincial e administrações distritais que ainda não executam através do e-SISTAFE; e
- Despesa de salários e pensões ainda não executadas pela via directa, por falta de financiamento do aplicativo de cálculo de salários e introdução do processo administrativo de pagamento de pensões.

Com o propósito de incentivar a inclusão dos projectos de financiamento externo na CUT foi desenvolvida uma funcionalidade no e-SISTAFE de CUT em Moeda Externa. Por outro lado também foram realizadas acções com vista a facilitar e assessorar a introdução dos fundos na CUT.

Outra actividade iniciada em 2008 foi a elaboração de um documento que espelhe a Visão Estratégica das Finanças Publicas que constituirá um instrumento importante para as reformas a longo prazo. Igualmente, impulsionou-se o estudo com vista a definição da modalidade de gestão e financiamento da operação do e-SISTAFE e a condução da reforma para os anos seguintes visando a sua conclusão e implementação no primeiro semestre de 2009.

Para maximizar o potencial da reforma ainda constituem desafios: o aprofundamento do uso do e-SISTAFE nos sectores; a conclusão dos demais módulos do e-SISTAFE nomeadamente, cálculo da folha de salário, gestão do património do Estado, módulo de recolha de receita e administração tributária, controlo interno e externo.

Todas as actividades realizadas em 2008 culminaram com despesas avaliadas em **13.051.296,71USD**.

Por outro lado, as despesas acumuladas da implantação desta reforma até hoje são avaliadas em **73.503.041,66USD**.

1. ACTIVIDADES PLANEADAS E REALIZADAS

As actividades realizadas pela UTRAFE no exercício de 2008 foram definidas no Plano de Acção e Orçamento (APB) para o referido ano, documento que foi previamente discutido e aprovado entre o Governo e os Parceiros Internacionais (PI) do SISTAFE.

1.1 IMPLEMENTAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NO e-SISTAFE (OUTPUT 1)

Durante o ano 2008, as actividades realizadas em relação a execução orçamental centraram-se essencialmente na extensão do processo de implementação do e-SISTAFE para administrações distritais e algumas instituições autónomas ao nível central, no pagamento de despesas através da via directa, na conclusão das funcionalidades da CUT ME continuação do desenvolvimento do módulo de elaboração orçamental e demais aprimoramentos das funcionalidades do TOC.

O nível de execução orçamental por via directa do e-SISTAFE está a aumentar cada vez mais. Dados de Dezembro de 2008 indicam que 95% das despesas das UGE foram feitas pela via directa e por outra forma 23,61% das despesas do Estado foram feitas por via directa. Este resultado é graças a promoção para o uso efectivo da via directa e a expansão do e-SISTAFE em mais distritos. Simultaneamente, a introdução de mais projectos de financiamento externo na CUT é também um dos factores importantes.

1.1.1 Implementação do e-SISTAFE nos Distritos

De acordo com o *business case* para os distritos aprovado em 2007, em Janeiro de 2008, o e-SISTAFE foi implementado em 3 distritos somente da Província de Maputo. Paralelamente, foram realizadas acções preparatórias para implementação do e-SISTAFE para mais 28 distritos que foram abrangidos no segundo trimestre de 2008. Por esta razão, até Setembro de 2008, 31 distritos, encontravam-se a operar no e-SISTAFE, de forma plena.

Entretanto, no 4º trimestre de 2008, foram iniciadas as acções preparatórias para inclusão de mais 19 distritos a operarem no e-SISTAFE, com previsão de arrancarem no primeiro trimestre de 2009.

Uma vez que os demais distritos dependem de condições de infra-estrutura local (banco, energia e telecomunicações) estes serão descentralizados gradualmente a medida em que forem satisfazendo estas condições.

1.1.2 Implantação do e-SISTAFE nas Instituições Autónomas

A implantação do e-SISTAFE nas instituições autónomas não tem decorrido a ritmo desejado. A falta de recursos financeiros para esta actividade torna o processo mais reactivo e gradual, pois a expansão é feita em função da manifestação de interesse das instituições em participar na aquisição do equipamento, cabendo a UTRAFE a sua instalação e formação de operadores.

Neste contexto, durante o ano foi dada continuidade ao processo de implementação do e-SISTAFE nas Instituições autónomas onde, na maioria, as instituições solicitavam atempadamente a instalação do e-SISTAFE nas suas administrações. Como resultado até finais de Dezembro de 2008, 22 instituições autónomas passaram a elaborar e executar os seus orçamentos através do e-SISTAFE.

1.1.3 Uso da via directa pelas UGEs Sectoriais

Com a introdução da CUT e massificação do uso da via directa desde Setembro de 2007, registou-se melhorias visíveis na gestão financeira, nomeadamente: a liquidez do Estado melhorou, com saldos positivos e elevados na CUT no final do ano, que vem aumentando substancialmente de 1.463.244.858,81 em 2006, para 2.009.463.089,35 em 2007 e 2.808.094.756,47 em 2008 (vide gráfico 1). Igualmente, outro indicador da melhoria na gestão financeira é a não utilização de bilhetes de tesouro nos últimos dois anos. Paralelamente, o número de contas bancárias activas do Estado nos Bancos Comerciais tem estado a reduzir consideravelmente nos últimos anos de 6,428 em 2007 para 5,438 em 2008.

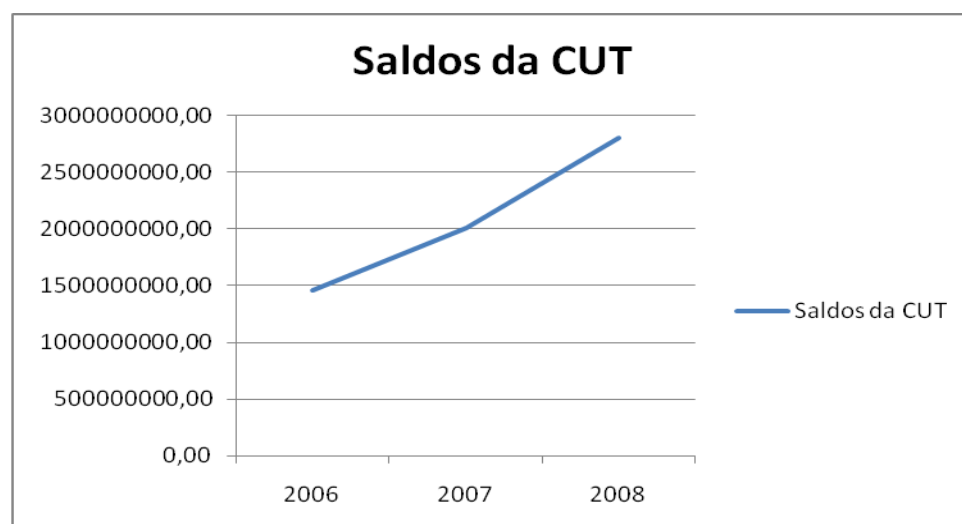


Gráfico 1: Saldos da CUT de 2006 a 2008

De acordo com o gráfico 2 um dos grandes impactos da execução orçamental pela via directa através da CUT foi o aumento da Liquidez do Estado na CUT. Por outras palavras, o Estado passou a ter mais disponibilidade financeira, pois, quase todos os recursos ficaram centralizados na CUT.

Por seu lado, o número de Ordens de Pagamento processadas no e-SISTAFE subiu de 122.427 em 2007 para 329939 em 2008.

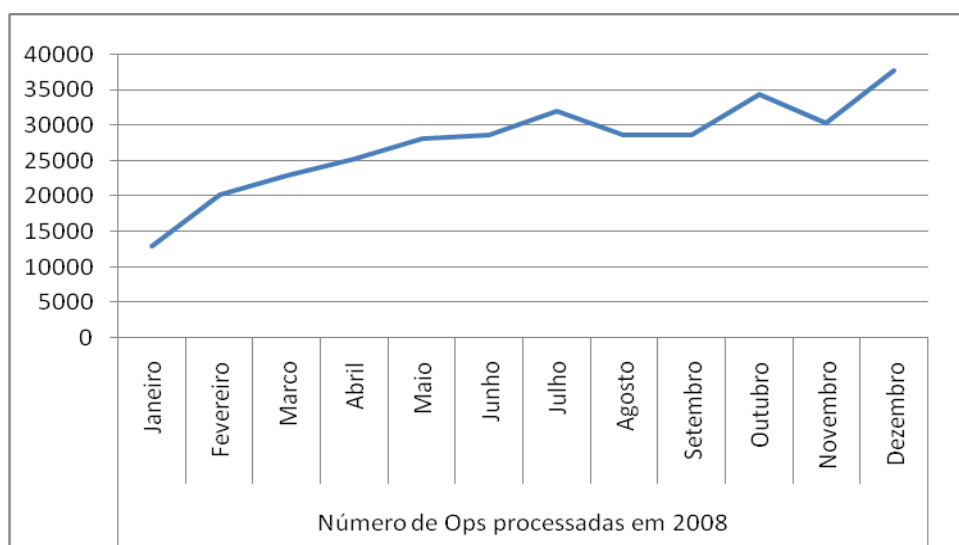


Gráfico 2: Número de Ordens de Pagamento processadas de Janeiro a Dezembro de 2008

Verificou-se também que de Janeiro a Dezembro de 2008, de um total de 338,874 ordens de pagamento efectuadas no sistema, 329,939 foram processadas com sucesso, 8,106 foram estornadas e 829 ficaram pendentes no BM dando um resultado de 97,36% de ordens de pagamento executadas via e-SISTAFE. Por outra forma notou-se também que a média diária das transacções processadas durante o ano é de 941 bastante superior comparando com 347 de 2007.

Por seu turno, o número de Processo Administrativos abertos para execução por adiantamento de fundos desceu consideravelmente em relação aos de Via directa demonstrando assim o impacto desejável da utilização da VD (vide gráfico 3)

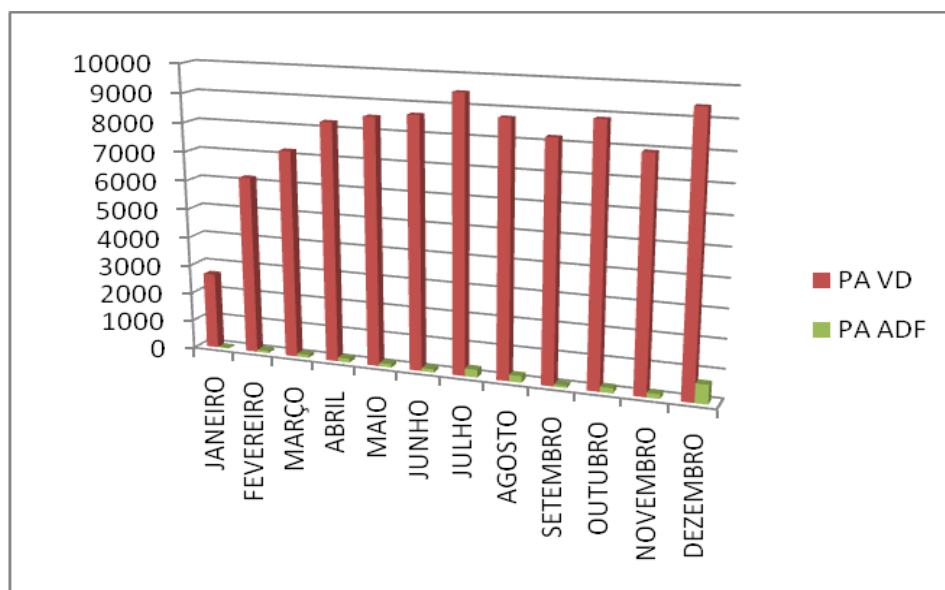


Gráfico 3: Número de Processos Administrativos (PAs) de VD e de Adiantamento de Fundos (AF), em 2008

Noutra perspectiva o gráfico 4 indica que durante o ano 2008, o nível de utilização da via directa nos sectores que já possuem e-SISTAFE foi elevado e manteve-se entre os 90 e 98% ao longo do ano, tendo em Dezembro alcançado 99%.

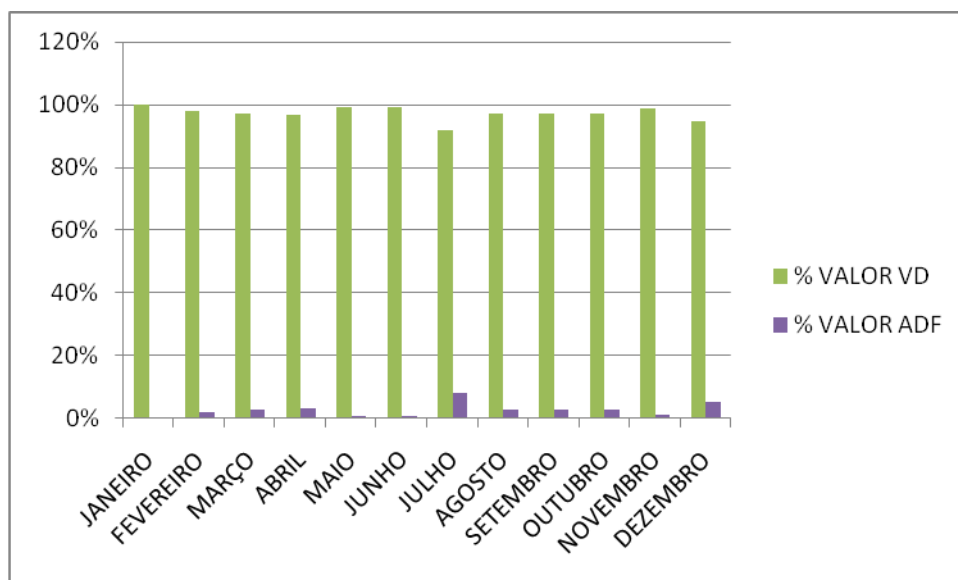


Gráfico 4: Percentagem total de utilização da VD e de (AF) em 2008

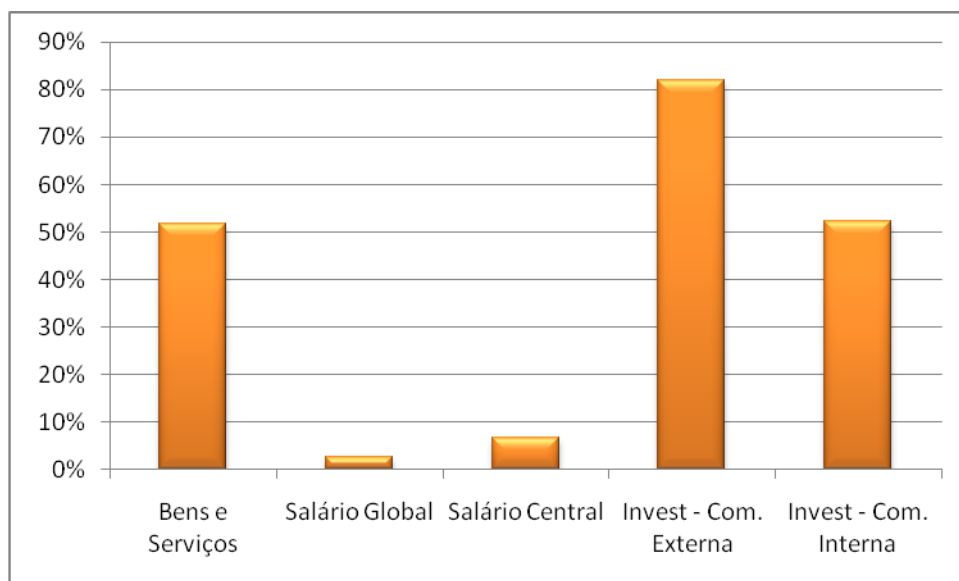


Gráfico 5: Distribuição do valor (em termos percentuais) de VD em comparação com o Orçamento Executado de cada tipo de despesa durante o ano 2008

Para as despesas de componente interna e de bens e serviços, nota-se que mais da metade destas já é executada pela via directa. Isto deve-se principalmente ao facto de ter sido incrementada a descentralização do e-SISTAFE para mais IAs que passaram a executar o seu orçamento pela via directa.

Nas despesas de investimento - componente externa observa-se uma subida acentuada de 11% em 2007 para 82% em 2008 registados no e-SISTAFE como via directa aquando da incorporação de balancetes. Isto deve-se a que as UGEs passaram a encaminhar os balancetes para registo da incorporação no e-SISTAFE.

Para as despesas de salários, constata-se um nível muito reduzido de execução, uma vez que grande parte ainda não é efectuada com base no Cadastro dos funcionários e agentes do Estado pelo que o seu pagamento é feito por adiantamento de fundos. Excepção feita a algumas unidades ao nível central que já efectuem o pagamento de salários pela via directa.

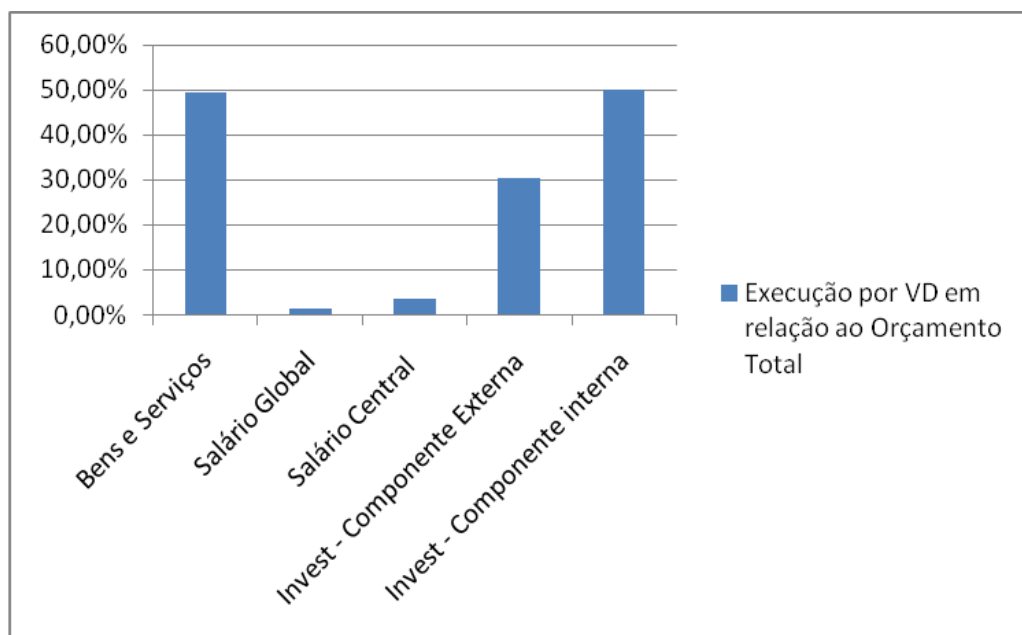


Gráfico 6: Análise comparativa da execução pela via directa (em termos percentuais) para cada tipo de despesa em relação ao Orçamento total

O aparente baixo nível de execução por VD deve-se a vários factores dentre eles:

- A existência de muitos projectos de financiamento externo cujos fundos ainda não passam pela CUT;
- A existência de muitas instituições a nível central, provincial e administrações distritais que ainda não executam através do e-SISTAFE; e
- Despesa de salários e pensões ainda não executadas pela via directa, por falta de financiamento do aplicativo de cálculo de salários e introdução do processo administrativo de pagamento de pensões.

1.1.4 On Cut/off CUT

Visando atingir um dos maiores objectivos da reforma do SISTAFE que é de estabelecer e harmonizar regras e procedimentos de programação, gestão, execução, controlo e avaliação dos recursos públicos, em 2008 criou-se um *task force* composto pela UTRAFE, DNT, DNO, FMI e Parceiros de Cooperação para se impulsionar a inclusão de mais fundos na CUT. Neste sentido foram realizadas várias reuniões de preparação e concertação com os parceiros de cooperação.

Como resultado, observou-se que durante o exercício de 2008 vários programas que estavam previstos no orçamento para execução off-CUT (fora da CUT) foram transformados em on-CUT (passaram a executar dentro da CUT) verificando-se uma inclusão de 22 projectos na CUT.

Até o fim do ano teve início o desembolso de financiamento à projectos, por três doadores através da CUT, nomeadamente, Bélgica, Holanda e Suécia, que passaram a usar a CUT no desembolso de fundos de projectos no sector da saúde, águas e província de Niassa, respectivamente.

Entretanto, este processo constitui ainda um grande desafio, a medida em que o número de projectos a executarem fora da CUT ainda é muito elevado, o que de certa forma compromete as metas de execução pela via directa.

Todo o esforço está sendo levado a cabo para impulsionar o processo de inclusão de mais projectos na CUT, mas considera-se que com o arranque pleno da funcionalidade da CUT ME, o número poderá aumentar substancialmente.

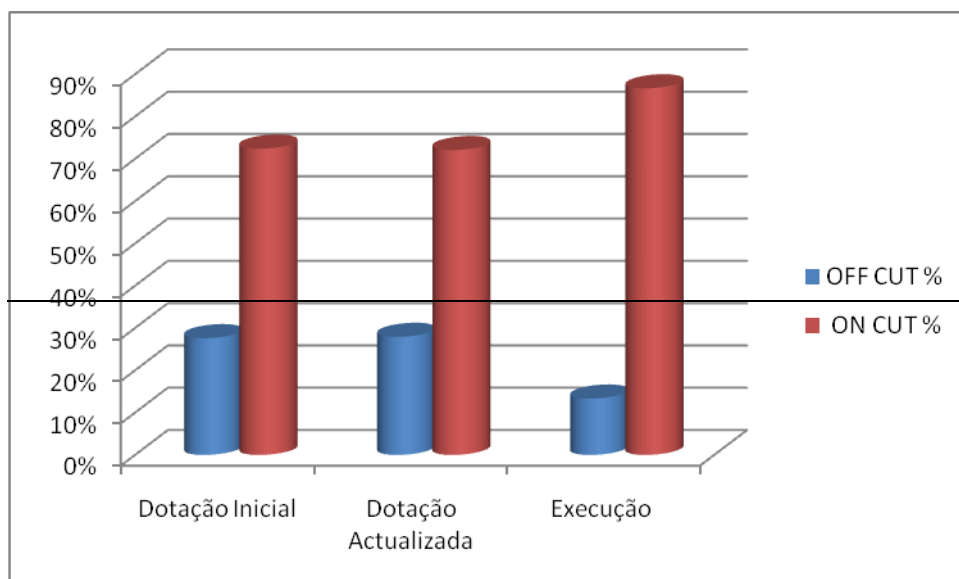


Gráfico 7: Impacto da introdução de mais fundos na CUT em 2008

Da dotação orçamental de todas as despesas (investimento e funcionamento) prevista para 2008, 72% eram previstos a serem executados dentro da CUT, e 28% fora da CUT. Durante o ano, pelos níveis de execução realizados, observa-se um incremento nas percentagens de execução dentro da CUT, alcançando-se 87% e uma redução nas percentagens de execução fora da CUT para 13%.

1.1.5 CUT Moeda Externa

Com o objectivo de aumentar o volume da despesa do Estado a ser contabilizada no e-SISTAFE e buscar mecanismos que incentivam os doadores a incorporarem no OE e/ou CUT

os fundos extra-orçamentais daqueles orçados mas que não transitam pela CUT, em particular de financiamento externo, o Governo decidiu a implementação da CUT ME como um instrumento catalizador para o efeito.

A funcionalidade da CUT Moeda Externa foi desenvolvida em coordenação com o BM, e a DNT. O Diploma Ministerial que rege o funcionamento da CUT em Moeda Externa foi aprovado em 30 de Abril de 2008, e as regras de funcionamento foram desenhadas, respeitando o Diploma aprovado. Em adição foi concluído o processo de desenvolvimento do sistema informático. O Piloto da CUT moeda externa entrou em funcionamento na UTRAFE em Outubro de 2007 para pagamento das despesas de salários e consultorias internacionais, bem como ajudas de custos aos viajantes para o exterior.

Para a segunda fase do projecto, que contempla pagamento de todo o tipo de despesa e para fora do País, em termos de desenvolvimento do sistema o projecto encontra-se concluído. Os testes integrados com o BM ainda não foram concluídos devido a algumas dificuldades internas no BM, tendo esta actividade transitado para Janeiro de 2009. Assim, o início do funcionamento da segunda fase da CUT moeda externa está dependente da conclusão dos testes, prevendo-se o seu início ainda no segundo trimestre de 2009.

1.1.6 Implementação do Classificador seccional.

De modo a atender as necessidade específicas de cada sector, foi criado o classificador seccional, tendo a especificação e o documento do modelo sido concluído no início do ano. A UTRAFE foi o piloto do uso deste classificador desde o segundo trimestre de 2008, utilizando-o de forma plena, podendo já ser reflectido o seu plano de contas, nos relatórios do e-SISTAFE.

Paralelamente, estão a ser feitos contactos com os sectores para implementação deste classificador, destacando-se os trabalhos preparatórios realizados com MISAU, MEC, MINAG tendo a UTRAFE disponibilizado assistência técnica para a elaboração do plano de contas sectorial. Ficou acordado que o MISAU iria primeiro trabalhar internamente porém até a data o MISAU não manifestou interesse.

Entretanto, o Conselho Nacional de Combate ao SIDA manifestou interesse em utilizar o classificador. Foram realizados alguns encontros neste sentido, estando até ao momento a aguardar novos desenvolvimentos.

Atendendo a não obrigatoriedade do uso deste classificador, fica a disposição dos sectores a decisão sobre a adopção. Contudo, o Ministério das Finanças irá desenhar acções com vista a

divulgação das potencialidades do seu uso, em particular no Plano de Acção e Orçamento da próxima fase da reforma.

No contexto de divulgação das potencialidades do classificador e do estágio do seu desenvolvimento foi também apresentado na reunião ordinária da Comissão Inter-ministerial da Reforma do Sector Público (CIRESF) realizada no 4º Trimestre de 2008.

1.1.7 Limpeza de cadastro

Para permitir integridade dos dados, especificamente dos operadores do e-SISTAFE com a base de dados dos funcionários públicos e a de NUIs da DGI, foi feito um trabalho de limpeza no cadastro do e-SISTAFE para assegurar que todos os utilizadores do e-SISTAFE deixassem de usar NUIs fictícios e passassem a usar os seus NUIs definitivos e assegurando que estes sejam funcionários públicos. Até finais de 2008 foram o trabalho tinha sido concluído.

Por outro lado, foi feita a limpeza do cadastro dos credores com vista a assegurar que estes usem os seus NUIs verdadeiros, garantindo uma ligação com a base da DGI.

1.1.8 Encerramento de Exercício

O processo de encerramento de exercício foi automatizado, para permitir a transposição automática dos saldos e assegurar o apuramento automático dos resultados (positivos e negativos) da execução.

Mais concretamente, a introdução obrigatória da via directa permitiu um menor número de PAs por regularizar, pois, com a efectivação do pagamento no e-SISTAFE o processo encerra.

Assim, o processo de encerramento do exercício económico de 2008 e abertura do 2009 decorreu de forma positiva, conforme o plano de actividades desenvolvido para tal, e como tal o orçamento de 2009 estava disponível para execução da receita e da despesa em tempo útil. De salientar que com a contínua automatização de maior parte das rotinas para o efeito, os recursos necessários e envolvidos para este processo ficam cada vez mais reduzidos.

1.2 PAGAMENTO DE SALÁRIOS E PENSÕES (OUTPUT 2)

1.2.1 Pagamento de Salários

Com o propósito de aumentar a cobertura das despesas realizadas no e-SISTAFE e ao mesmo tempo maximizar os benefícios do recenseamento dos funcionários públicos, iniciou-se

o processo de descentralização do pagamento de salários. O processo contempla, a captação de dados de salários dos funcionários do sistema anterior, verificação da existência naquela orgânica do funcionário em causa, na base de dados dos funcionários, e instrução de um processo administrativo no e-SISTAFE para realizar o pagamento na conta do funcionário.

Assim, nos primeiros meses de 2008, tiveram início as actividades preparatórias para o arranque do pagamento de salários. Destas, destacam-se a limpeza de cadastros, eliminação dos NUIs fictícios e inclusão dos NUIs definitivos e inclusão das contas bancárias dos beneficiários.

Como resultado, de Abril a Setembro de 2008 o pagamento de salários usando a base do CAF foi feito em 16 instituições ao nível central, tendo até os meses de Outubro e Novembro sido introduzidas mais 6 instituições totalizando assim 22 sectores em 2008 a utilizarem a via directa para o pagamento de salários.

Deste modo, em Dezembro 2,75% da despesa total de salários eram executados pela via directa e até Março de 2009 3,74% foram pela via directa. O plano actual prevê a extensão em mais 54 instituições em 2009 até Setembro de 2009 o que poderá elevar a percentagem para 14%.

Os restantes ministérios e órgãos a nível central e provincial serão incorporados ao longo do ano 2009.

Paralelamente, e para poder incluir o processo de cálculo de salário num sistema integrado ao e-SISTAFE e também para aumentar a velocidade da descentralização de pagamento de salários para todo o País, em Julho de 2008 foi lançado um concurso público para aquisição de uma solução informática de cálculo e elaboração da folha de salários. Caso haja financiamento, prevê-se o início de implementação nos sectores no segundo semestre de 2009.

1.2.2 Pagamento de pensões (CAP)

Seguindo a mesma lógica do recenseamento dos funcionários, foi criado um módulo específico para racionalizar e integrar o processo de pagamento de pensões no país com vista a aumentar a fiabilidade e integridade dos dados dos pensionistas do Estado, para posteriormente realização do pagamento de pensões directamente através do e-SISTAFE.

As acções preparatórias do recenseamento dos pensionistas foram levadas a cabo de modo a permitir o decorrer do processo entre 15 de Agosto e 30 de Outubro de 2008 destacando-se:

- Desenvolvimento do sistema informático para o recenseamento em tempo real (online);
- Aquisição do equipamento informático para realização do recenseamento;
- Revisão e/ou Instalação do equipamento nos locais de recenseamento distrital e provincial.
- Realização de reuniões de concertação periódicas com os principais sectores intervenientes

Visando evitar deslocações dos pensionistas par muito longe das suas zonas de recebimento das pensões o recenseamento decorreu em duas fases:

A primeira, em online, aplicada aos locais que conjugassem infra-estruturas básicas de comunicação de dados e energia. Nesta fase estavam previstos 84.117 pensionistas, e foram recenseados 76.349, que corresponde a 90,77%.

A segunda fase, em offline, abarcou os pensionistas residentes nos locais sem infra-estrutura básica de comunicação de dados e energia, bem como os que possuíam dificuldade de locomoção (doentes hospitalizados, acamados, idosos). Nesta fase estavam previstos 15.639 pensionistas, e foram recenseados 13.381, que corresponde a 85,6%. Na totalidade estavam previstos 99.756 e recenseados 89.730 correspondentes a 89,5%.

Tendo o recenseamento dos pensionistas finalizado em Outubro de 2008, de Novembro a Dezembro foram realizadas acções de harmonização dos dados e correcção dos cadastros da DNCP. Por outro lado teve início em coordenação com a DNCP o processo de estudo de metodologias para tratamento dos pensionistas residentes no estrangeiro e que por várias razões ainda não tenham feito o recenseamento.

O pagamento de pensões iniciará no segundo semestre de 2009, de forma faseada, abrangendo numa primeira fase os pensionistas que possuem contas bancárias.

A funcionalidade para administração e pagamento de pensões inicialmente prevista para 2009, passou para 2010, pois surgiram novas actividades urgentes.

1.3 MÓDULO DE ELABORAÇÃO ORÇAMENTAL -MEO – (OUTPUT 5 e 9) 2ª FASE

Durante o ano 2008, as acções centraram-se no desenvolvimento de funcionalidades para a redefinição do escopo do MEO visando a sua interligação com o Módulo de Execução Orçamental e a necessidade de se assegurar a produção do Orçamento do Estado de 2009.

Foram realizadas acções de preparação para formação sobre a utilização do módulo a todos os sectores até ao nível provincial.

No segundo trimestre em particular, foram realizadas actividades importantes concernentes ao desenvolvimento de novas funcionalidades para operacionalização do MEO, sendo a destacar:

- Criação do manual operacional do MEO para o OE 2009
- Implementação e Implantação da função de inclusão de acções orçamentais dentro e fora do orçamento - programa
- Implementação e implantação do relatório para receitas consignadas com as mesmas características e atores dos de receitas próprias
- Implementação de novas regras para Revisão Orçamental
- Conclusão da análise do impacto do uso do Classificador Programático para o Plano Nacional e Programa/Subprograma de Governo e o Classificador Sectorial para as Acções de Governo no MEO e no MEX.

O Classificador Programático conterà o Programa/Subprograma de Governo e as Acções Orçamentais, e que os classificadores do Plano Nacional (Objectivo Central do PQG/Pilar do PARPAII, Área Estratégica e Subárea Estratégica) ficarão fora do Classificador Programático, mas associados ao Programa de Governo, o que permitirá ao MEX gerar relatórios com os dados destes classificadores (orçamento por programa). A proposta do Orçamento para 2009 foi elaborada e introduzida pelas Unidades Orçamentais através do Módulo de Elaboração do Orçamento, parte integrante do e-SISTAFE. O orçamento de 2009, contou com maior aplicação do classificador programático e o processo de consolidação do uso deste classificador faz parte da agenda do governo no âmbito da reforma de finanças públicas.

1.4 CONTÍNUA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE DADOS (OUTPUT 8)

A operação e manutenção preventiva e reactiva da infra-estrutura tecnológica instalada são actividades rotineiras e permanentes do Centro de Dados tanto a nível local, como a nível das várias UGEs do e-SISTAFE e suas aplicações.

Neste sentido, durante o ano 2008, o Centro de dados, realizou a operação e manutenção preventiva e reactiva da infra-estrutura tecnológica instalada tanto a nível local, como a nível das várias UGEs do e-SISTAFE e suas aplicações.

À parte das actividades rotineiras de manutenção preventiva e reactiva a nível de infra-estrutura e a nível aplicacional, durante o segundo trimestre de 2008, foram realizado o levantamento e/ou manutenção do equipamento necessário, para o recenseamento dos

pensionistas tendo iniciado o processo de implementação da infra-estrutura nos distritos, revisão e aumento da capacidade dos locais de formação a nível provincial.

Por outro lado, no âmbito do Centro de dados redundante foram realizadas actividades de actualização e testes ao site secundário tendo sido implementadas algumas correcções com vista a minimizar os riscos de indisponibilidade do sistema

1.4.1. Incendio no Edifício da Direcção Nacional da Contabilidade Pública (DNCP)

Por volta das nove horas do dia 22 de Outubro de 2008 deflagrou um incêndio no Edifício da DNCP, onde se encontra alojado o Centro de Dados, tendo afectado o 5º andar, 6º andar e 7º andar do Edifício.

O edifício possui uma conduta de serviços, que está dividida em compartimentos, por andares. Dentro desta conduta, passam cabos eléctricos da rede da EDM, bem como cabos eléctricos do Gerador eléctrico. Passam ainda cabos de telefone, de comunicação de dados (fibra óptica) e condutas de água potável e águas negras.

No momento do incêndio, no centro de dados, localizado no 10º andar do referido edifício encontravam-se 12 pessoas a trabalhar e no Apoio funcional (6º andar), encontravam-se 17 pessoas, todos colaboradores da UTRAFE.

Dado o alarme sobre a ocorrência, de imediato foram accionados os mecanismos de evacuação das pessoas e extinção do incêndio. Simultaneamente, foram desligados os fornecimentos de energia e comunicações. O Centro de Dados foi desactivado, seguindo-se os respectivos procedimentos como forma de salvaguardar toda a informação disponível e, a partir desse momento o e-SISTAFE ficou indisponível para todo o País. Entretanto, foram tomadas medidas no sentido de reactivar o Sistema em todo o país, o que aconteceu no dia 23 de Outubro de 2008.

Como acções preventivas foi definido a actualização da infra-estrutura do Centro de Dados secundário de forma a elevar-se a sua capacidade de desempenho; automatização de mecanismos de salvaguarda dos *backups* para fora dos dois edifícios; e maior rigor na realização dos testes periódicos do centro de dados secundário.

Um outro resultado de relevância para este output é a definição da estratégia de sustentabilidade da operação do e-SISTAFE (vide secção 1.6).

1.5 GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DA UTRAFE (OUTPUT 10)

1.5.1 Elaboração do APB 2009 – 2011

No contexto da terceira fase da reforma do SISTAFE, o Ministério das Finanças pretende apresentar um Plano de Acção e Orçamento (PAO) que contemple de forma coesa e coerente todas as áreas no ciclo de Gestão das Finanças Públicas, em face do reconhecimento das interdependências entre as várias funções da reforma. O plano terá como base a lei do SISTAFE e deverá contemplar 3 anos (2009-2011) e estar assente na avaliação crítica dos resultados dos estudos e avaliações feitas interna e externamente, e na base da combinação desses com a experiência dos participantes na implementação da reforma. Neste contexto a UTRAFE foi incumbida de coordenar um processo que se pretende ser colaborativo envolvendo representantes de todas as Direcções Nacionais do MF, de alguns Sectores, de algumas Direcções Provinciais e Distritais, e bem como dos parceiros internacionais. Durante o quarto trimestre foram iniciados encontros técnicos com as direcções nacionais do MF. Para assegurar que o PAO responda ao traçado no documento da visão, só será concluído após a aprovação deste.

1.5.2 Visão Estratégica da Gestão das Finanças Públicas

No âmbito da contínua modernização da gestão das finanças públicas o governo iniciou um processo de elaboração de uma Visão Estratégica da Gestão das Finanças Públicas para os próximos 10 anos, que constituirá um guião das reformas durante esse período. Este documento terá em consideração a situação actual, as várias avaliações já realizadas no âmbito da Finanças Públicas. O processo vai ser o mais participativo quanto possível contando com o envolvimento dos ministérios sectoriais, empresas, institutos e fundos públicos, BM e Tribunal Administrativo, governos provinciais e distritais, autarquias, doadores, sociedade civil. Prevê-se que o documento seja aprovado pelo Conselho de Ministros em Maio de 2009.

1.5.3 Auditoria Financeira de 2008

Teve início durante o segundo trimestre a Auditoria financeira externa da UTRAFE do exercício de 2007 que decorreu até meados de Julho de 2008 e cujo relatório foi disponibilizado em Agosto de 2008. Constatação de relevo levantada pelos auditores é o

deficiente sistema de gestão e controlo do inventário no armazém. Acções correctivas e ponto de situação desta e outras constatações estão descritos no anexo B.

1.5.4 Estratégia do CPD

A UTRAFE foi a unidade estabelecida para coordenar a implementação da reforma do SISTAFE encontra-se hoje em dia a realizar dois grandes domínios de actividades: condução da reforma e operação do e-SISTAFE. Este último está cada vez mais constituir uma grande parte das actividades da UTRAFE, podendo até desviar o foco principal da unidade, e em outra perspectiva o custo da operação do sistema é mais oneroso do que planeado. É Neste contexto que o Governo está em processo de elaboração de uma estratégia com vista a adoptar um modelo de gestão e de financiamento adequado de forma a garantir funcionamento contínuo do e-SISTAFE.

Espera se que este processo seja finalizado e aprovado no primeiro semestre com implementação efectiva em Janeiro de 2010.

1.5.5 Integridade e segurança dos dados

Com vista a assegurar uma maior integridade dos dados processados no e-SISTAFE o Ministério das Finanças pretende realizar uma auditoria externa independente de segurança informática em cada dois anos, e a próxima será realizada para o segundo semestre de 2009. Com vista a minimizar alguns dos riscos de integridade já previamente identificados, foram feitas as seguintes melhorias vide ponto 1.1.7. sobre limpeza de cadastros.

1.6 REDE DE COBRANÇA (Output 4)

Foi concluído o Business Case do módulo de e-tributação. O escopo e orçamento do e-tributação mudaram significativamente em relação ao inicialmente previsto no APB. Passando o projecto a ser concebido como um instrumento de suporte a todo o processo de colecta de impostos (o foco inicial era no fluxo de fundos para a CUT). Por recomendação dos parceiros internacionais, o Business Case foi submetido a uma avaliação, realizada por um consultor

Sueco. O resultado dessa avaliação revelou que no geral o documento é bastante ambicioso, e é baseado num elevado grau de optimismo, porém responde as necessidades do país.

Neste sentido, todos os esforços estão centrados na elaboração e aprovação do modelo conceptual e de gestão do módulo e-tributação.

Paralelamente, foi preparado o caderno de encargo e lançado o concurso para aquisição de uma aplicação para desenvolvimento do módulo. No segundo trimestre de 2008 teve início a avaliação das propostas tendo-se divulgado o resultado do concurso em Dezembro de 2008.

Após entrega dos produtos seguirá todo o processo, formação para posteriormente configurar e customizar a aplicação e preparar o piloto.

O início do projecto está previsto para 2009, dependente da disponibilização de financiamento.

1.7 GESTÃO DO PATRIMÓNIO (Output 3)

No primeiro trimestre de 2008 foi concluída a elaboração do *Business Case* para o módulo de gestão do património e procurement electrónico do Estado. Este documento só foi analisado ao nível do Governo, por questões de prioridade não foi submetido aos parceiros. Paralelamente, foi preparado o caderno de encargo e lançado o concurso para aquisição da aplicação. A implementação deste módulo está condicionada ao desembolso do financiamento. Prevê-se que o piloto inicie em 2010.

1.7.1 e-Inventário

À parte do processo de aquisição e customização do módulo de e-património, foi desenvolvida uma funcionalidade, dentro do e-SISTAFE, para a produção dos relatórios sobre o inventário do Estado, devendo ser utilizado em 2009 para elaboração da Conta Geral do Estado de 2008.

1.8 Auditoria pelo TA e IGF

Conforme previsto no modelo conceptual do SISTAFE, a UTRAFE facultou mecanismos de consulta para efeitos de auditoria da execução orçamental de todas UGEs no e-SISTAFE à Inspeção Geral de Finanças, até Junho de 2008. Neste sentido foram levadas a cabo acções de formação aos técnicos da IGF sobre a matéria, tendo a UTRAFE já facultado senhas de acesso (somente de leitura sem permissões para alterações) ao e-SISTAFE.

Técnicos do TA foram também capacitados em matéria de consulta dos dados de execução para todas UGEs.

Por outro, foram também realizadas acções de formação para os inspectores-gerais das finanças dos ministérios sectoriais e inspectores sectoriais

As acções de formação terão a sua continuidade e deverá ser criada a nível do e-SISTAFE uma aplicação específica para auditoria interna. Por outro lado, constitui desafio para 2009 e anos subsequentes assegurar que os processos e procedimentos de auditoria/ controle interno estejam em harmonia com o mecanismo actual de gestão das finanças públicas.

2 ACTIVIDADES PLANEADAS E NÃO REALIZADAS

2.1 E-tributação

O APB 2007 previa implementação do piloto de e-Tributação em 2007, porém foi somente concluído o documento de conceito e estratégia sendo que a implementação está prevista para 2009.

3 PERSPECTIVAS DE ACTIVIDADES A REALIZAR EM 2009/2010

3.1 Consolidação e expansão do uso das funcionalidades nucleares para gestão – Tesouro, Orçamento e Contabilidade

3.1.1 Arranque da funcionalidade da CUT Moeda Externa no segundo trimestre de 2009.

3.1.2 Extensão do e-SISTAFE para que reúnam os requisitos necessários e para instituições subordinadas de nível central e provincial

3.1.3 Desenvolvimento da funcionalidade de manutenção do cadastro dos pensionistas do Estado;

3.1.4 Preparação do sistema para início do pagamento de pensões através do e-SISTAFE em 2009;

3.1.5 Preparação do sistema e-CAF para a realização da prova de vida dos funcionários do Estado

3.1.6 Continuação do processo de pagamento de salários pela via do e-SISTAFE a mais ministérios;

3.2 Assegurar o funcionamento contínuo do e-SISTAFE

3.2.1 Realização de auditoria de segurança do e-SISTAFE;

- 3.3** Desenho e aprovação de um modelo de gestão e financiamento que possa garantir a sustentabilidade técnica e financeira do e-SISTAFE.
- 3.4** Finalização e aprovação de uma visão estratégica das finanças públicas
- 3.5** Elaboração do Plano de acção e Orçamento 2010-2012 para a terceira fase da reforma.
- 3.6** Novos projectos
 - 3.6.1** Arranque da implementação dos projectos de rede de cobrança (e-tributação), Cálculo da folha de salários (e-folha), e-Património e e-Procurement;

4 ANEXOS:

4.1 PONTO DE SITUAÇÃO DAS ACÇÕES CORRECTIVAS DA AUDITORIA FINANCEIRA

PONTO DE SITUAÇÃO DAS ACÇÕES CORRECTIVAS DA AUDITORIA FINANCEIRA			
Ref	Acção Correctiva	Meta	Ponto de Situação
1.1	Documentos de Suporte		
1.1.1	À UTRAFE irá rever o procedimento de produção e submissão de relatórios de actividades do campo. Após a verificação pelos supervisores, uma cópia dos relatórios será arquivada na Administração.	Dezembro 2008	Realizado, acções permanentes
1.2	Relatórios de actividades		
1.2.1	À UTRAFE tem um sistema de verificação de documentos externos antes de efectuar um pagamento, somente despesas com os devidos documentos de suporte respectivas (facturas) é que são pagas.	Contínuo	Realizado, acções permanentes
1.3	Justificação de adiantamento		
1.3.1	À UTRAFE possui contratos de todas as empresas que fornecem bens e serviços, e os mesmos encontram-se actualizados e são revistos periodicamente. Pagamentos de serviços contratuais são feitos na base das normais e procedimentos do contrato e após a entrega dos respectivos relatórios de trabalho.	Contínuo	Realizado, acções permanentes
1.4	Contrato de Prestação de serviços e relatórios		
1.4.1	À UTRAFE vem efectuado pagamentos a várias instituições que fornecem bens e serviços na base de um plano de tesouraria mensal aprovado pela administração, de forma a controlar antecipadamente os pagamentos á efectuar.	Contínuo	Realizado, acções permanentes
1.5	Gestão do Inventário		
1.5.1	Neste momento a UTRAFE encontra-se empenhada na revisão dos processos e reestruturação orgânica, incluindo segregação de funções, da área de gestão do Inventário, desenho conceptual e implementação de um sistema integrado que permita: Controlo das entradas e saídas automatizadas de bens no armazém; Emissão de relatórios periódicos para permitir análise e assessoria no controlo e gestão do inventário; Leitor de código de barras com vista facilitar a disponibilidade e integridade da informação dos bens; e Realização de outros processos de contabilização de inventário e de gestão básica de inventário.	Início Novembro 2008 (Processo de Aquisição)	Em Curso: A reestruturação Orgânica da área do Inventário, e a aquisição e implementação de um Sistema Integrado de Gestão do Inventário. Realizado: - Revisão dos procedimentos de gestão de equipamento. - Desenho do modelo conceptual e especificações técnicas na base dos procedimentos revistos.

4.2 TABELAS

Tabela 1: Saldos da CUT de 2006 a 2008

ANO	Saldos da CUT
2006	1463244858,81
2007	2009463089,35
2008	2808094756,47

Tabela 2: Número de Ordens de pagamento processadas em 2008

Janeiro	Fevereiro	Marco	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
13007	20297	22971	25213	28197	28671	31948	28689	28573	34338	30325	37710

Tabela 3: Número de Processos Administrativos (PAs) de VD e de Adiantamento de Fundos (AF), em 2008

MÊS	PA VD	PA ADF
JANEIRO	2659	21
FEVEREIRO	6190	76
MARÇO	7213	103
ABRIL	8267	135
MAIO	8528	115
JUNHO	8674	111
JULHO	9473	269
AGOSTO	8745	227
SETEMBRO	8217	78
OUTUBRO	8876	178
NOVEMBRO	7942	163
DEZEMBRO	9425	664

Tabela 4: Percentagem total de utilização da VD e de (AF) em 2008

MÊS	% VALOR VD	% VALOR ADF
JANEIRO	100%	0%
FEVEREIRO	98%	2%
MARÇO	97%	3%
ABRIL	97%	3%
MAIO	99%	1%
JUNHO	99%	1%
JULHO	92%	8%
AGOSTO	97%	3%
SETEMBRO	97%	3%
OUTUBRO	97%	3%
NOVEMBRO	99%	1%
DEZEMBRO	95%	5%

Tabela 5: Distribuição do valor (em termos percentuais) de VD em comparação com o Orçamento Executado de cada tipo de despesa durante o ano 2008

Bens e Serviços	52%
Salário Global	3%
Salário Central	7%
Invest - Com. Externa	82%
Invest - Com. Interna	52%

Tabela 6: Análise comparativa da execução pela via directa (em termos percentuais) para cada tipo de despesa em relação ao Orçamento total

Bens e Serviços	49,32%
Salário Global	1,39%
Salário Central	3,49%
Invest - Com. Externa	30,41%
Invest - Com. Interna	49,93%

Tabela 7: Impacto da introdução de mais fundos na CUT em 2008

Fundo	Dotação Inicial	Dotação Actualizada	Execução
OFF CUT %	28%	28%	13%
ON CUT %	72%	72%	87%

5 APÊNDICE-RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA UTRAFE - ANUAL DE 2008

5.1 INTRODUÇÃO

As actividades realizadas no exercício de 2008 pela UTRAFE, nos diferentes projectos, nomeadamente, Execução Orçamental, Salários e Pensões, Centro de Processamento de Dados, Módulo de Elaboração Orçamental, Orçamentação por Programa e Coordenação da UTRAFE, foram definidas no Plano de Acção e Orçamento Revisto (APB) para 2008, discutido e aprovado pelo Comité de Parceria do SISTAFE.

O presente relatório irá mostrar o orçamento inicial, revisto e aprovado, fundos disponibilizados, a execução do Orçamento, análise da execução contra o orçamento aprovado e por fim o fluxo de caixa do período em análise - 2008.

5.2 ORÇAMENTO

A proposta orçamental de 2008 foi submetida aos parceiros e após várias análises foi aprovada. Para além dos valores das despesas fixas, a proposta orçamental incluía valores indicativos para implementação em 2008 dos restantes projectos de Salários e Pensões, Dívida Pública, Controlo Interno.

A Tabela 1 mostra o Orçamento Inicial aprovado, para as despesas qualificadas, isto é, despesas dos outputs fixos e dos business cases aprovados para o ano em análise e a Tabela 2 mostra o Orçamento Revisto.

Os Outputs PEFA, Preparação de Business Case-Rede de Cobrança estão fora do orçamento discutido, aprovado e revisto para o ano de 2008, mas estão em execução paralela com os projectos aprovados este ano.

Output		APB 2008	APB 1º Semestre	APB 2º Semestre
1	Execução Orçamental	5.097.522,00	2.548.761,00	2.548.761,00
2	CAF Salário e Pensões	352.639,00	176.320,00	176.320,00
3	Gestão de Património	0,00		
4	Rede de Cobrança	0,00		
5	Orçamento Por Programa	0,00		
6	Gestão da dívida Pública	0,00		
7	Contrlo Interno	600.000,00	300.000,00	300.000,00
8	Centro Processamento de dados	4.448.502,00	2.874.251,00	1.574.251,00
9	Modelo de Elaboração Orçamental	143.522,00	71.761,00	71.761,00
10	Coordenação da UTRAFE	2.799.163,00	1.549.581,00	1.249.581,00
Sub Total		13.441.348,00	7.520.674,00	5.920.674,00
Outras despesas com financiamento específico				
2	Orçamento de Recenseamento de Pensionistas (CAP)	604.697,65	302.348,83	302.348,83
4	Preparação Business Casa -Rede de Cobrança	400.000,00	400.000,00	
10	PEFA (FISCUS)	130.000,00	130.000,00	
Sub Total		1.134.697,65	832.348,83	302.348,83
Global		14.576.045,65	8.353.022,83	6.223.022,83

Tabela 1: Orçamento Inicial

Output		APB 2008	APB 1º Semestre	APB 2º Semestre
1	Execução Orçamental	3.808.869,00	2.095.290,00	1.713.579,00
2	Salário e Pensões CAF / CAP	957.336,65	377.886,00	579.450,65
3	Gestão de Património	0,00		0,00
4	Rede de Cobrança	0,00		0,00
5	Orçamento Por Programa	0,00		0,00
6	Gestão da dívida Pública	0,00		0,00
7	Contrlo Interno	600.000,00	300.000,00	300.000,00
8	Centro Processamento de dados	4.448.502,00	2.874.251,00	1.574.251,00
9	Modelo de Elaboração Orçamental	1.432.175,00	525.232,00	906.943,00
10	Coordenação da UTRAFE	2.799.163,00	1.549.581,00	1.249.582,00
Sub Total		14.046.045,65	7.722.240,00	6.323.805,65
Outras despesas com financiamento específico				
4	Preparação Business Casa -Rede de Cobrança	400.000,00	400.000,00	
10	PEFA (FISCUS)	130.000,00	130.000,00	
Sub Total		530.000,00	530.000,00	0,00
Global		14.576.045,65	8.252.240,00	6.323.805,65

Tabela 2: Orçamento Revisto

Durante a execução do orçamento durante o 1º semestre da UTRAFE, constatou se que devido ao elevado grau de interdependência entre as três funcionalidades algumas das actividades no âmbito do output de elaboração orçamental foram orçamentadas no output de execução orçamental. Enquanto na prática, na execução, indica que estas actividades devem ser desassociadas ao output de execução orçamental.

Neste sentido a UTRAFE apresenta um orçamento revisto e baseado em redistribuição de verbas entre os outputs elaboração orçamental e execução orçamental. Salientar que, o orçamento revisto foi submetido e em seguida aprovado pelos parceiros.

5.2.1 Dotação Descentralizada

Durante o 3º Trimestre à UTRAFE fez Descentralização de Dotação às Direcções Provinciais de Plano e das Finanças com objectivo de executar as despesas de CAP.

Salientar que as dotações em causa, foram descontadas do saldo do orçamento para o 2º Semestre de Projecto Salários e Pensões CAF/CAP.

Direcção Provincial de Plano e Finanças	Moeda	
	MZM	USD
Nisssa	276.200,00	11.460,58
Cabo Delgado	950.990,57	39.460,19
Nampula	410.332,50	17.026,24
Zambézia	396.734,00	16.461,99
Tete	334.664,00	13.886,47
Sofala	377.070,00	15.646,06
Manica	272.326,00	11.299,83
Ibane	315.418,00	13.087,88
Gaza	212.368,00	8.811,95
Maputo	132.900,00	5.514,52
Total	3.679.003,07	152.655,73

Câmbio médio de 30/09/08	24,10
---------------------------------	--------------

Tabela 3: Dotação Descentralizada

5.3 DESEMBOLSOS

Desembolsos Realizados	Desembolsos		
	Previsão	Realizado	Racio
	USD		
Saldo anterior		643.253,41	
Governo de Moçambique	1.800.000,00	2.583.330,46	143,52
Parceiros do FC:			
Suécia	1.543.000,00	1.662.899,92	107,77
Noruega	1.802.000,00	1.795.803,37	99,66
Inglaterra	3.412.500,00	3.003.475,00	88,01
Bélgica	1.449.000,00	1.575.268,82	108,71
Dinamarca	2.552.000,00	2.552.000,00	100,00
Outros encrimentos		-	
Juros		-	
Venda decaderos de encargos		1.916,61	
	10.758.500,00	10.591.363,72	98,45
Disponibilidade Anual	12.558.500,00	13.817.947,59	110,03

Tabela 4: Desembolsos do Ano

De acordo com o plano de desembolsos para o ano 2008, Suécia e Bélgica desembolsarão acima de 100% e Noruega e Inglaterra tiveram desembolsos abaixo do previsto.

5.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS PROJECTOS

Em termos gerais em 2008 a despesa foi de 13.051.296,71USD correspondente a 89.54% do orçamento anual. Salientar que, da execução em referência, 249.998,36 USD foram executadas fora da UTRAFE (nas DPPF's) no 3º Trimestre, do ano em análise.

Destacando que, nas despesas do ano em análise, realizou se adiantamento de fundos às províncias no âmbito do CAP, 343.215.00MT o equivalente a 14.259.5USD.

Acrescentar que, a UTRAFE tem execução acumulada de despesas de 73.503.041,66USD.

Item	Direcção	Programa	Dotação		Pagamento	Saldo Financeiro
			Actualizada	Cabimentada		
1	DPPF Maputo Provincia	MDF-2005-0038	247.740,00	246.790,00	246.790,00	950,00
2	DPPF de Gaza	MDF-2005-0038	398.868,00	292.743,00	292.743,00	1.175,00
3	DPPF de l'bane	MDF-2005-0038	618.538,00	606.658,00	602.158,00	1.990,00
4	DPPF de Manica	MDF-2005-0038	512.510,20	512.435,20	510.875,20	75,00
5	DPPF de Sofala	MDF-2005-0038	611.857,20	611.857,20	611.857,20	
6	DPPF de Tete	MDF-2005-0038	438.574,00	327.314,00	327.314,00	2.730,00
7	DPPF de Zambézia	MDF-2005-0038	954.374,00	931.953,50	776.453,50	6.220,50
8	DPPF de Cabo Delgado	MDF-2005-0038	2.152.470,17	1.532.737,37	1.532.737,37	
9	DPPF de Nampula	MDF-2005-0038	977.030,50	977.030,50	977.030,50	
10	DPPF de Niassa	MDF-2005-0038	409.500,00	409.500,00	409.500,00	
11	Total MZM		7.321.462,07	6.449.018,77	6.287.458,77	13.140,50
12	Total USD		291.111,81	256.422,22	249.998,36	522,49

Tabela 5: Dotações enviadas as DPPF's

Direcção Provincial de Plano e Finanças	Moeda	
	MZM	USD
Zambézia	192.900,00	8.014,13
Manica	18.690,00	776,49
Maputo	131.625,00	5.468,43
Total	343.215,00	14.259,05

Tabela 6: Valores executados por adiantamento de Fundos

	ORÇAMENTO APROVADO - APB(USD)						ANALISE	
	Anual	Exec. I tri	Exec. II tri	Exec. III tri	Exec. IV Tri.	Exec. Anual	Diferença do Orçamento e Execução Mensal	Grau Execução do Orçamental Mensal -(-%)
Projectos (Fixo)								
10. UTRAFE	2.799.163,00	474.303,60	759.919,93	792.710,45	770.120,72	2.797.054,70	2.108,30	99,92
08. CPD	4.448.502,00	641.798,20	732.525,92	924.541,68	1.927.598,78	4.226.464,58	222.037,42	95,01
01. Budget Executio (SISTAFE) (MEX)	3.808.869,00	1.079.337,01	698.229,68	1.075.812,27	953.738,37	3.807.117,33	1.751,67	99,95
09. Budget Preparatio (MEO)	1.432.175,00	34.592,96	272.875,33	110.253,47	802.889,44	1.220.611,20	211.563,80	85,23
Total Fixo	12.488.709,00	2.230.031,77	2.463.550,86	2.903.317,87	4.454.347,31	12.051.247,81	437.461,19	96,50
Business Cases							0,00	
01. Distritos							0,00	
02. Direct Budget Execution (CAF/CAP)	957.336,65	1.352,56	45.953,26	356.059,66	369.324,32	772.689,80	184.646,85	80,71
03. Asset Management (Património)						0,00	0,00	
04. Revenue Collection Net (RC)						0,00	0,00	
05. Budget Programming (OPProg)						0,00	0,00	
06. Debt Management (Dívida)						0,00	0,00	
07. Internal Audit (Controlo Interno)	600.000,00	943,59				943,59	599.056,41	0,16
Total Business Cases	1.557.336,65	2.296,15	45.953,26	356.059,66	369.324,32	773.633,39	783.703,26	49,68
Extra Projectos								
04. Preparação Business Case-Rede Cobrança	400.000,00	33.650,46		23.054,83	45.335,99	102.041,28	297.958,72	25,51
10. PEFA (FISCUS)	130.000,00	49.329,76	75.044,47			124.374,23	5.625,77	95,67
Total BC	530.000,00	82.980,22	75.044,47	23.054,83	45.335,99	226.415,51	303.584,49	42,72
Grand Total	14.576.045,65	2.315.308,14	2.584.548,59	3.282.432,36	4.869.007,62	13.051.296,71	1.524.748,94	89,54

Tabela 7: Execução de cada Projecto (Output)

5.4.1 Análise da Execução dos Projectos

Em relação aos valores de execução expostos na tabela nº 4, a explicação exaustiva vai em grandes rubricas, bem como a fundamentação do comportamento da despesa por projecto.

1. **Execução Orçamental no e-SISTAFE (MEX)** - Este projecto estava orçado em 3.808.869.00 USD no ano, e teve execução de 3.807.117.33USDUSD que Correspondente 99.95% do orçamento do trimestre. Destacando-se as despesas de consultoria nacional e internacional, subsídios.

Execução Orçamental no e-SISTAFE (MEX)	1.079.337,01	698.229,68	1.075.812,26	953.738,37	3.807.117,32
Capacitação	2,86				2,86
Pessoal total (3+4)	1.063.745,57	652.068,14	1.057.882,14	942.626,70	3.716.322,55
Nacional	349.948,53	338.229,42	355.192,02	268.524,01	1.311.893,98
Internacional	713.797,04	313.838,72	702.690,12	674.102,69	2.404.428,57
Treinamento		11.466,78	5.320,57		16.787,35
Equipamento					0,00
Equipamento de suporte	8.437,87	25.427,14		6.714,00	40.579,01
Obras				4.397,67	4.397,67
Viagem	7.150,71	9.267,62	12.609,55		29.027,88

Tabela 8: Execução Orçamental no e-SISTAFE

2. **Salários e Pensões (CAF/CAP)** – Com orçamento de 957.336.65USD ao ano, teve uma execução de 772.689.80USD, o que equivale a 80.71% do orçamento trimestral. Grandes despesas são de compra de equipamento e passagem dos técnicos ajudas de custos para implementação do CAP ;despesas executadas nas DPPF's, Campanha do CAP.

Salarios e pensões no e-SISTAFE (MSP)	1.352,56	45.953,26	356.059,65	369.324,31	772.689,78
Capacitação				3.295,71	3.295,71
Pessoal total (3+4)	0,00	2.118,12	36.619,26	0,00	38.737,38
Nacional		2.118,12	36.619,26		38.737,38
Internacional					0,00
Treinamento			3.803,43	1.615,18	5.418,61
Equipamento	1.352,56	33.294,40	177.194,52	21.243,71	233.085,19
Equipamento de suporte			34.875,82	319.652,98	354.528,80
Obras					0,00
Viagem		10.540,74	103.566,62	23.516,73	137.624,09

Tabela 9: Salários e Pensões

3. **Património** – Sem orçamento e sem execução.

4. **Rede de cobrança** – Sem orçamento e sem execução.

5. **Orçamento por Programa** – Sem orçamento e sem execução.
6. **Controlo Interno** - Com orçamento de 600.000.00USD anual e teve execução de 943.59USd , correspondente a 0.16% do orçamento do ano. As grandes despesas deste projecto foram referentes a despesas de viagem.

Auditoria pelo e-SISTAFE	943,59	0,00	0,00	0,00	943,59
Capacitação					0,00
Pessoal total (3+4)					0,00
Nacional					0,00
Internacional					0,00
Treinamento					0,00
Equipamento					0,00
Equipamento de suporte					0,00
Obras					0,00
Viagem	943,59				943,59

Tabela 10: Controlo Interno

7. **CPD** - Orçado em 4.448.502.00USD anual, executou 4.226.464.59USD, correspondente 95.01%. Destacando-se as grandes rubricas de despesas pessoais, TDM, BTG, Manutenção de equipamento nas províncias, Oga Construções, Oracle e ajuda de custos.

CPD	641.798,22	732.525,89	924.541,69	1.927.598,79	4.226.464,59
Capacitação	2.705,54	5.491,14	1.354,73		9.551,41
Pessoal total (3+4)	310.554,20	360.297,02	284.770,87	519.835,28	1.475.457,37
Nacional	245.054,10	279.758,90	240.592,49	385.290,62	1.150.696,11
Internacional	65.500,10	80.538,12	44.178,38	134.544,66	324.761,26
Treinamento					0,00
Equipamento		1.138,13	15.721,10	197.093,88	213.953,11
Equipamento de suporte	320.025,23	360.978,58	621.201,21	1.121.023,19	2.423.228,21
Obras	5.486,24			65.000,00	70.486,24
Viagem	3.027,01	4.621,02	1.493,78	24.646,44	33.788,25

Tabela 11: CPD

8. **MEO** - O projecto está orçado em 1.432.175.00USD para este ano. O MEO executou 1.220.611.20USD o que corresponde a 85.23% do valor orçado anual. As grandes despesas provem de honorários. As grandes despesas provem de subsídios, honorários anuais.

Elaboração Orçamental no e-SISTAFE	34.592,96	272.875,32	110.253,47	802.889,44	1.220.611,19
Capacitação					0,00
Pessoal total (3+4)	33.732,84	208.806,25	99.764,85	799.753,07	1.142.057,01
Nacional	11.069,36	71.489,65	66.208,11	304.578,97	453.346,09
Internacional	22.663,48	137.316,60	33.556,74	495.174,10	688.710,92
Treinamento		56.170,47	1.911,21	1.545,91	59.627,59
Equipamento		4.138,98			4.138,98
Equipamento de suporte	860,12	118,71	8.577,41	1.590,46	11.146,70
Obras					0,00
Viagem		3.640,91			3.640,91

Tabela 12: MEO

9. **UTRAFE** - orçado em 2.799.163.00USD ao ano. Este projecto executou 2.797.054.70USD, correspondente 99.92% do orçamento anual. Da execução podemos destacar, consultoria, salários e diversas despesas da coordenação da UTRAFE.

UTRAFE	474.303,60	759.919,93	792.710,44	770.120,71	2.797.054,68
Capacitação			1.371,00		1.371,00
Pessoal total (3+4)	315.135,30	655.464,45	301.214,25	477.185,80	1.748.999,80
Nacional	315.135,30	314.152,40	297.790,19	477.185,80	1.404.263,69
Internacional		341.312,05	3.424,06		344.736,11
Treinamento		928,75	1.620,05		2.548,80
Equipamento	1.104,80		6.868,73	14.914,31	22.887,84
Equipamento de suporte	146.727,63	79.727,90	476.756,19	249.008,35	952.220,07
Obras	5.801,11	20.663,59		27.521,20	53.985,90
Viagem	5.534,76	3.135,24	4.880,22	1.491,05	15.041,27

Tabela 13: UTRAFE

5.4.2 Análise de outras despesas com financiamento específico

1. **Preparação Business Case – Rede Cobrança** - Este projecto estava orçada em 400.000.00USD ao ano. E teve uma execução de 102.041.28USD, o que corresponde 25.51% do orçamento. Grandes rubricas de despesas provem da Consultoria- Projecto E-Tributação- Convex, Facilities Management.

Preparação Business Case-rede de Cobrança	33.650,46	0,00	23.054,82	45.335,98	102.041,26
Capacitação					0,00
Pessoal total					0,00
Nacional					0,00
Internacional					0,00
Treinamento					0,00
Equipamento			20.843,44	2.249,79	23.093,23
Equipamento de suporte	33.650,46		2.211,38		35.861,84
Obras				43.086,19	43.086,19
Viagem					0,00

Tabela 14: Rede de cobrança

2. **PEFA (FISCUS)** - Este projecto estava orçado em 130.000.00USD ao ano .Teve uma de execução de 124.374.23USD, correspondente a 95.67% do orçamento. As grandes despesas resultam de serviços de consultoria da FISCUS.

PEFA (FISCUS)	49.329,76	75.044,47	0,00	0,00	124.374,23
Capacitação					0,00
Pessoal total (3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nacional					0,00
Internacional					0,00
Treinamento					0,00
Equipamento					0,00
Equipamento de suporte	49.329,76	75.044,47			124.374,23
Obras					0,00
Viagem					0,00

Tabela 15: PEFA

- 5.4.3 Execução por Categorias de todos os projectos inscritos em 2008 este quadro não está claro, pois a colunas têm a mesma designação que é valor. São serão vaores/trimestre?

Categoria	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
1 Capacitação	2.708,40	5.491,14	2.725,73	3.295,71	14.220,98
2 Pessoal total	1.723.167,91	1.878.753,98	1.780.251,37	2.739.400,85	8.121.574,11
3 Nacional	921.207,29	1.005.748,49	996.402,07	1.435.579,40	4.358.937,25
4 Internacional	801.960,62	873.005,49	783.849,30	1.303.821,45	3.762.636,86
5 Treinamento		68.566,00	12.655,26	3.161,09	84.382,35
6 Equipamento	2.457,36	38.571,51	220.627,80	235.501,70	497.158,37
7 Equipamento de suporte	559.031,07	541.296,80	1.143.622,02	1.697.988,98	3.941.938,87
8 Obras	11.287,35	20.663,59		135.607,39	167.558,33
9 Viagem	16.656,07	31.205,53	122.550,16	54.051,90	224.463,66
Total	2.315.308,16	2.584.548,55	3.282.432,34	4.869.007,62	13.051.296,67

Tabela 16: Execução Orçamental por Categorias

Na execução por categoria e fazendo análise específica nas despesas de equipamento de suporte, as grandes despesas provêm de TDM, BTG, Manutenção de equipamento nas províncias, Campanha de CAP, Execução da dotação nas DPPF's, Total, Poliseguro, Elaboração da Visão estratégica, Facilities Management., Oracle, FISCUS, Convex, GSTelecom, DHL, Teledata, Ajudas custo, Seguro, SSP, Renda do armazém e CPD, notícias, Frannan,

5.5 ORÇAMENTO, DESEMBOLSO E EXECUÇÃO DE 2008

O gráfico abaixo ilustra a posição do Orçamento, Desembolsos e execução total referente ao ano de 2008, evidenciando portanto, o grau de execução em relação ao orçamento, desembolsos e execução orçamental.

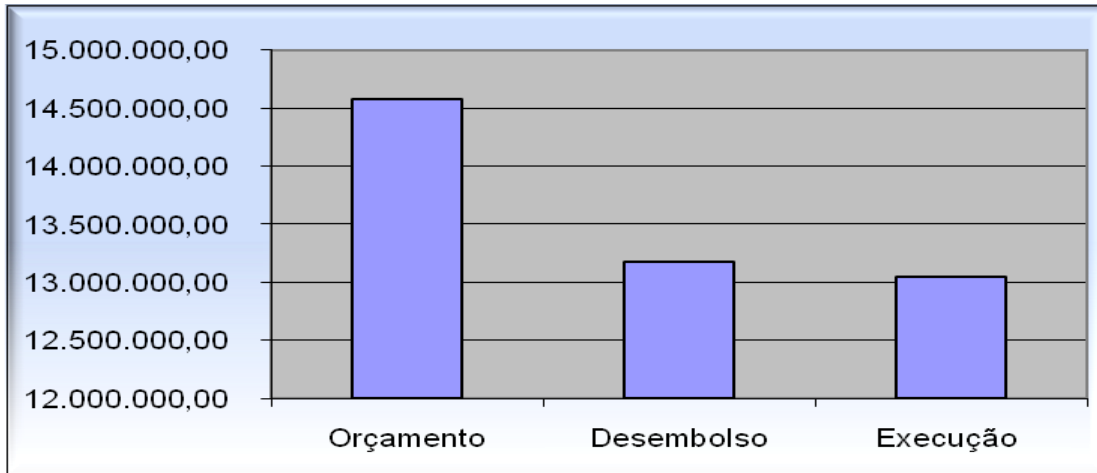


Gráfico 8: Orçamento, Desembolsos e execução total referente ao ano de 2008

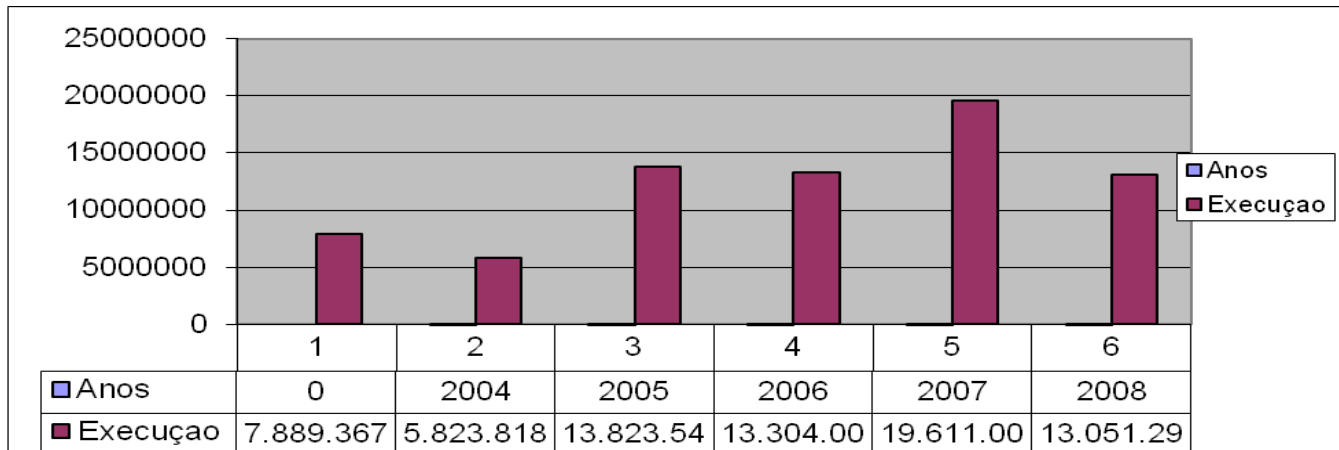


Gráfico 9: Execução progressiva do projecto UTRAFE

5.6 FLUXO DE CAIXA

UTRAFE Cash flow

Descrição	2008
Primo balance (Saldo inicial) (A)	643.253,41
<i>Budgetted (Orçamento)(B)</i>	<i>14.576.045,65</i>
Execution (Execução)(C)	13.051.296,71
Arrears (Dívidas)(D)	
Disbursements (Desembolsos)(E)	13.172.777,57
Juros (F)	
Venda de cardernos de encargo (G)	1.916,61
Cativo do Governo (H)	
Diferença Cambial (I)	144.261,20
Ultimo balance (Saldo final) (J) =A-B+E+F+G-H-I	622.389,68

Tabela 17: Comportamento institucional durante o ano e respectiva transição para o ano seguinte